



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**RODRIGO DE ALMEIDA FERNANDES DANTAS**

**ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE NO MERCADO  
PÚBLICO DE TAMBAÚ**

**JOÃO PESSOA – PB  
2014**

**RODRIGO DE ALMEIDA FERNANDES DANTAS**

**ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE NO MERCADO  
PÚBLICO DE TAMBÁÚ**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado ao Curso de Administração Pública, modalidade de ensino a distância, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, Linha de Formação Específica (LFE) II – Gestão Governamental, semestre 2014.2.

Orientador: Prof. ME Arturo Rodrigues Felinto - UFPB.

**JOÃO PESSOA - PB  
2014**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

D192a Dantas, Rodrigo de Almeida Fernandes.  
Análise das condições de acessibilidade no mercado público de Tambaú [manuscrito] / Rodrigo de Almeida Fernandes Dantas. - 2014.  
32 p. : il. colorido.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Administração Pública) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - João Pessoa , 2018.  
"Orientação : Prof. Me. Arturo Rodrigues Felinto , UFPB - Universidade Federal da Paraíba ."  
1. Acessibilidade. 2. Espaço público. 3. Portadores de necessidades especiais. I. Título  
21. ed. CDD 362.4

**RODRIGO DE ALMEIDA FERNANDES DANTAS**

**ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE NO MERCADO  
PÚBLICO DE TAMBÁÚ**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado ao curso de administração pública, modalidade de ensino a distância, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, Linha de Formação Específica (LFE) II – Gestão Governamental, semestre 2014.2.

Aprovada em: 10/12/2014

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Me. Arturo Rodriguez Feinto (Orientador)  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Profa. Me. Ana Lúcia Carvalho de Souza (Membro)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra Jacqueline Echeverría Barrancos (Membro)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho com todo amor à Deus, às minhas preciosas filhas juntamente com minha amada esposa e aos meus pais que sempre me apoiaram.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente à Deus por te me dado a graça de alcançar esse objetivo acadêmico que sempre almejei na vida profissional.

À minha esposa, companheira de todas as horas e grande apoio intelectual durante todo o curso, juntamente com minhas duas filhas que são as principais motivações para conclusão do curso.

À minha mãe, que sempre trabalhou para me dar o melhor, ao meu pai, que me ensinou a planejar e a sonhar, e ao meu único irmão e grande amigo.

Ao meu orientador Prof. Arturo Felinto e a Prof<sup>a</sup>. Ana Lúcia Carvalho, grandes doutrinadores do universo acadêmico que contribuíram tanto na parte teórica quanto na parte prática da minha vida profissional.

Aos professores do Curso de Graduação da UEPB, em especial, à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gêuda Anazile que me ensinou a gostar cada vez mais do curso de Administração Pública, através de *chats* objetivos, interativos e muito importantes para o desenvolvimento das disciplinas.

Aos tutores e funcionários da UEPB, em especial, à minha tutora Milena Araújo que sempre desempenhou seu papel de maneira exemplar com muita dedicação e profissionalismo.

“Se um dia tiver que escolher entre o mundo e o amor...  
lembre-se, se escolher o mundo ficará sem o amor, mas se  
escolher o amor com ele você conquistará o mundo.”  
(ALBERT EINSTEIN)

## RESUMO

Nesta pesquisa o objeto de estudo foi o Mercado Público de Tambaú situado no Município de João Pessoa, no bairro de Tambaú, onde analisamos as condições de acessibilidade dos portadores de necessidades especiais e, também, da população em geral que o frequenta. Procurou-se observar as deficiências da parte estrutural interna como banheiros e da parte externa do mercado como rampas para cadeirantes, que afetam de forma significativa a circulação de todos, além da identificação visível de barreiras indevidas formadas pelos próprios microempreendedores do ambiente estudado. A metodologia foi elaborada a partir da coleta de dados no mercado através de um questionário, onde as pessoas eram escolhidas ao acaso e entrevistadas. A pesquisa foi realizada através de um estudo de caso de caráter qualitativo. Foram feitos também registros fotográficos *in loco* mostrando os problemas do espaço pesquisado. Ao final deste trabalho foi possível chegar a resultados que mostram o grau de insatisfação tanto dos próprios microempreendedores como da população que transita nesse ambiente socioeconômico. Por exemplo, no universo de 15 pessoas entrevistadas, 13 discordam que a estrutura física (banheiros, rampas de acesso e lojas) do mercado atende às necessidades do público que o frequenta. Então, vimos que este Mercado Público necessita de reais aprimoramentos no que diz respeito à acessibilidade e também para que se torne um espaço que ofereça qualidade e bem-estar nos serviços prestados.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Espaço Público. Portadores de necessidades especiais.



## ABSTRACT

In this research the study was the Tambaú Public Market located in the municipality of João Pessoa, in the Tambaú neighborhood, where we analyze the accessibility conditions of people with special needs and also the population that attends it. It was sought to observe the deficiencies of the internal structural part as toilets and of the outside of the market as ramps for wheelchair users, that significantly affect the circulation of all, besides the visible identification of undue barriers formed by the microentrepreneurs themselves of the studied environment. The methodology was elaborated from the collection of data in the market through a questionnaire, where people were chosen at random and interviewed. The research was carried out through a qualitative case study. Photographic records were also made in loco showing the problems of the space searched. At the end of this work it was possible to reach results that show the degree of dissatisfaction both of the microentrepreneurs themselves and of the population that transits in this socioeconomic environment. For example, in the universe of 15 people interviewed, 13 disagree that the physical structure (bathrooms, access ramps and shops) of the market meets the needs of the public that attends it. So we have seen that this Public Market needs real improvements with regard to accessibility and also to become a space that offers quality and well-being in the services provided.

Keywords: Accessibility. Public place. People with special needs.

## LISTA DE FOTOS

|                                    |    |
|------------------------------------|----|
| Foto 1 – Corredores internos ..... | 19 |
| Foto 2 – Corredor principal .....  | 20 |
| Foto 3 – Degraus da calçada .....  | 20 |
| Foto 4 – Degraus .....             | 21 |
| Foto 5 – Mictórios .....           | 22 |
| Foto 6 – Sanitários .....          | 22 |

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....                          | 8  |
| 1.1 OBJETIVOS .....                                | 9  |
| 1.1.1 objetivo geral .....                         | 9  |
| 1.1.2 objetivos específicos .....                  | 9  |
| <b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....               | 10 |
| 2.1 DEFINIÇÃO .....                                | 10 |
| 2.2 HISTÓRIA DA ACESSIBILIDADE .....               | 12 |
| 2.3 ACESSIBILIDADE NO BRASIL .....                 | 13 |
| 2.4 DIREITO DE ACESSIBILIDADE .....                | 15 |
| <b>3 METODOLOGIA</b> .....                         | 17 |
| 3.1 TIPO DE PESQUISA .....                         | 17 |
| 3.2 LOCAL DA PESQUISA .....                        | 17 |
| 3.3 INSTRUMENTOS DA COLETA DE DADOS .....          | 17 |
| <b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....  | 19 |
| 4.1 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....       | 19 |
| 4.1.1 Acessibilidade dos corredores internos ..... | 20 |
| 4.1.2 Acessibilidade nas calçadas do entorno ..... | 21 |
| 4.1.3 Acessibilidade do estacionamento .....       | 22 |
| 4.1.4 Sanitários .....                             | 22 |
| <b>5 CONCLUSÃO</b> .....                           | 24 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....                           | 25 |
| <b>APÊNDICE</b> .....                              | 26 |

## **1 INTRODUÇÃO**

Hoje o problema da acessibilidade é algo que merece ser apresentado e mais que isso ele necessita de projetos que visem apontar os problemas bem como propor formas de melhoria para a problemática.

Nosso trabalho preocupou-se em apontar pontos de melhoria no ambiente do Mercado Público de Tambaú situado no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba, quanto aos seus aspectos de acessibilidade para portadores de necessidades especiais. Diante de um extremo desrespeito ao acesso as lojas e as bancas de frutas e verduras, tanto para pessoas sem deficiência quanto, principalmente, para portadores de alguma necessidade especial, o mercado deixa a desejar nesse assunto de alta relevância que é a acessibilidade.

O Mercado Público de Tambaú foi fundado em Janeiro de 2002, sendo composto por 12 lojas, que oferecem produtos do agronegócio a exemplo de queijos, carnes, castanhas, cachaças, doces e outros, além de aproximadamente 18 bancas isoladas que comercializam, principalmente, frutas e verduras. O ambiente é situado em um bairro nobre da capital da Paraíba e é visitado frequentemente, não só pela comunidade local, mas também por turistas de várias partes do Brasil, onde encontram sabores e novidades regionais que o Estado produz de melhor. Infelizmente não podemos dizer o mesmo da estrutura interna, das instalações, dos banheiros e, principalmente, da acessibilidade que o mercado tem a oferecer na hora que um cliente, seja ele portador ou não de alguma necessidade especial, venha nos visitar e conhecer nossas potencialidades.

Sabendo que é dever do Estado prover bens e serviços, temos o dever como cidadãos em exigir melhorias para esse espaço socioeconômico, não só pelo público de classe média alta, mas, principalmente, aqueles que encontram dificuldades ou barreiras na hora de se locomover. Essas pessoas tem o direito de viver em mundo melhor, onde possam colocar suas necessidades especiais em segundo plano.

## **1.1 OBJETIVOS**

### **1.1.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar as condições de Acessibilidade em um Mercado Público Municipal da cidade de João Pessoa.

### **1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Analisar o Mercado Público de Tambaú sob o ponto de vista das barreiras físicas existentes para visitantes e portadores de deficiência.
- Identificar as barreiras físicas para os portadores de necessidades especiais.
- Propor sugestões de melhorias para o Mercado Público de Tambaú.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 DEFINIÇÃO DE ACESSIBILIDADE**

A definição de acessibilidade está vinculada às pessoas que possuem necessidades especiais, essas deficiências podem ser de caráter físico e ou psicológicos, pessoas que apresentem algum tipo de anormalidade ou que apresentem perda de funções fisiológicas que se enquadre nessas necessidades passam pela dificuldade de se encaixar ao que é considerado padrões de “normalidade” do mundo ou são limitadas pela acessibilidade urbana encontrada na maioria dos grandes centros urbanos e mais ainda nos interiores das cidades (FRANÇA, ISX; PAGLIUCA, LMF , 2008).

As pessoas que são portadoras de algum tipo de deficiência sofrem consideravelmente com as restrições impostas pela necessidade de ampliação de políticas de acessibilidade, o desenvolvimento de projetos voltados a atender às demandas deste nicho da população fariam com que fosse possível garantir a cidadania e a autonomia dos indivíduos que deveriam possuir os mesmo direitos de qualquer outro indivíduo que não sejam ditos "especiais".

O tema acessibilidade é bastante atual mesmo que não faça muito tempo que este assunto vem sendo tratado, a menos de cinquenta anos, e que a legislação vigente ainda seja falha em alguns aspectos necessitando de revisões e ainda de serem melhor empregadas de forma a satisfazer as necessidades da população brasileira atual (COSTA, 2005; Secretaria).

Partindo do pressuposto que todos têm direito de ter acesso à moradia, trabalho, lazer e saúde e que a possibilidade de viver com esses itens gerariam uma sociedade que deveria se preocupar com a inclusão social e com a disponibilidade para todos de viverem dignamente e com os mesmos direitos é primordial, o desejo de igualdade é assumido por todos e necessário a todos.

Pessoas com necessidades especiais deveriam ter garantido melhores acessos a prédios e órgãos públicos bem como maior mobilidade e disponibilidade de

locomoção adequada em ambientes urbanos. Não só o objeto de estudo, o Mercado Público de Tambaú, mas grande parte das cidades do Brasil a acessibilidade não é garantida, devido à omissão do Poder Público em fazer valer ações relevantes para aqueles que realmente precisam de um espaço organizado e amplo evitando acidentes e constrangimento (FERNANDES, C. I. 2012).

Segundo Ferreira (2004) convivência com pessoas com necessidades especiais ou com restrições de mobilidade é muito pequena, não significa dizer que o número delas é reduzido, mas sim que estas podem sofrer com a falta de espaços públicos urbanos que atendam às suas necessidades. As barreiras sociais, físicas e econômicas existentes na população são maiores para pessoas com restrições de mobilidade e deficientes. É preciso incluir esse público no processo de construção das cidades levando em consideração a acessibilidade a lugares públicos.

De acordo com o Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana (2006) é preciso um olhar criterioso para as políticas públicas existentes a cerca do tema e também para a criação de políticas que possam sanar a problemática existente envolvendo a acessibilidade, a maioria das cidades não estão bem preparadas para disponibilizar espaços urbanos que visem à inclusão dos portadores de necessidades especiais e é nesse ponto que as políticas públicas devem focar seus esforços para solucionar essa lacuna existente.

A questão acessibilidade refere-se a qualidade de vida e se relaciona a fatores como segurança e conforto no ir e vir, respeitando os direitos de cada indivíduo pelo menos no que diz respeito aos espaços públicos.

## **2.2 HISTÓRIA DA ACESSIBILIDADE**

As cidades surgiram a partir da necessidade comerciais em sua maioria para isso era necessário que estas dispusessem de meios de locomoção adequados e que permitissem maior mobilidade no âmbito urbano daqueles que por ela transitam, para isso é necessário uma maior facilidade de locomoção e deslocamento dos que precisam utilizar

essas áreas, sejam eles pessoas com ou sem necessidades especiais (Ministério das Cidades 2005; AGUIAR 2010).

De acordo com Feijó (2008) os direitos humanos se restringiam apenas ao Estado, onde cada Estado era responsável pela aplicação e regulamentação dos mesmos isto se alterou após a Segunda Guerra Mundial quando o mundo começou a olhar de outra forma as questões ligadas à acessibilidade e direitos humanos como todo vendo que seria necessária a implementação da internacionalização de documentos que garantissem acesso aos direitos humanos básicos em todo o mundo gerando assim uma unificação dos mesmos.

Segundo Aceti (2011) é necessário assegurar a igualdade para todos para que estes possam ter a possibilidade de ir e vir e isso só é possível se os ambientes não possuírem obstáculos sejam de qual espécie for de forma que impeça a utilização do mesmo podendo ocasionar na discriminação de indivíduos que possuam algum tipo de limitação.

Entender a educação como direito humano diz respeito a considerar que as pessoas se diferenciam dos outros seres vivos por uma característica única do ser humano: a habilidade de produzir conhecimento e, por meio dele, transformar, organizar-se e rever valores. Nesse sentido, fica claro que a educação tem um papel fundamental para criar uma cultura de respeito à vida e à dignidade humana, combatendo preconceitos e a discriminação. (BRASIL/SEAH 2008,p. 2)

### **2.3 ACESSIBILIDADE NO BRASIL**

A concentração e a capacidade de se renovar, a continuidade de crescimento, a complexidade das zonas urbanas são características gerais das cidades desde a Antiguidade. Podemos fazer um link com o crescimento das cidades atualmente mesmo que este aconteça ordenadamente mediante estudos aprofundados (BENEVOLO, 1983; SPOSITO, 2004).

A urbanização Brasileira vem trazendo consigo muitas mudanças estruturais no que diz respeito a acessibilidade. É imperdoável que nos dias de hoje não existam muitos projetos de inclusão pelo menos nas zonas urbanas, são calçadas desniveladas, semáforos



sem adaptação sonora e tantos outros meios que poderiam auxiliar na mobilidade de pessoas dependentes de estruturas especiais.

Novas formas de produção do espaço urbano contribuem para a instalação e renovação de práticas socioespaciais bem como gerará uma maior utilização de políticas que visam aumentar a acessibilidade, gerando assim um maior suporte à mudança dos papéis desempenhados pelas cidades propiciando assim a transformação do próprio sentido da cidade visando um melhor acesso as áreas urbanas das mesmas (COSTA, 2005).

De acordo com o Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana (2006) é preciso um olhar criterioso para as políticas públicas existentes a cerca do tema e também para a criação de políticas que possam sanar a problemática existente envolvendo a acessibilidade, a maioria das cidades não estão bem preparadas para disponibilizar espaços urbanos que visem à inclusão dos portadores de necessidades especiais e é nesse ponto que as políticas públicas devem focar seus esforços para solucionar essa lacuna existente.

No Brasil esse tema é tratado com preocupação por parte do Poder Público Federal sendo assim o incentivo de pesquisa e aprimoramento da acessibilidade é alicerçado através do Ministério das Cidades que mesmo com todo o empenho ainda é possível se observar que a qualidade de deslocamento seja a pé ou com meios de transporte ainda estão muito aquém no Brasil quando comparado a outros países (AGUIAR 2010).

Uma "nova" filosofia vem sendo cada vez mais utilizada que a do Desenho Universal que visa favorecer o desenvolvimento de ambientes cada vez mais acessíveis sejam eles objetos edificações estradas dentre outros considerando a diversidade humana levando em consideração as necessidades de cada indivíduo, sejam elas específicas ou não, o enfoque deste é a inclusão social propiciando oportunidades igualitárias a todos se utilizando de ambientes acessíveis ou mesmo adaptados, fazendo com que todos os indivíduos especiais possam utilizar o mesmo sem se preocupar em receber tratamento diferenciado ou discriminatório devido a

suas características especiais e é isso que vem sendo buscado no Brasil (Dischinger et al., 2004).

Segundo a European Conference of Ministers of Transport (ECMT 2006) mesmo que a acessibilidade e mobilidade urbana seja bem estruturada se as vias para pedestres forem inacessíveis e com muitos obstáculos esse meio de locomoção perde em aproveitamento já que os transeuntes não conseguiriam chegar até eles para usufruir dos mesmos. Sendo assim o Brasil estaria muito a quem em algumas regiões no que diz respeito a esse aspecto de mobilidade urbana já que o acesso a vias de transporte muitas vezes são carentes de rampas de acesso, sinais sonoros, retirada de obstáculos das calçadas dentre outras coisas que por sua vez atrapalham o acesso de pessoas com necessidades especiais a esses locais de forma eficiente.

## **2.4 DIREITO DE ACESSIBILIDADE**

O direito a acessibilidade surgiu com a emenda n. 12 à Constituição de 1967, promulgada em 17/10/78, *verbis*:

Artigo único - É assegurada aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante:

I - educação especial e gratuita;

II - assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do País;

III - proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço e a salários;

IV - **possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.** (ARAÚJO, 1997, P. 60).

Segundo Araújo (1997), os portadores de necessidades tiveram um grande avanço com tal emenda, tendo grandes vitórias e conquistas através de medidas judiciais que buscam melhorar a acessibilidade.

A Carta Magna de 1988 trata o direito de Acessibilidade, de forma genérica, em seu artigo 5º e sendo uma materialização do direito de igualdade.

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança

e à propriedade privada, nos termos seguintes. (BRASIL. Constituição (1988), 2004).

A compreensão dos direitos de acessibilidade é ressaltada por Miranda (1998), quando fala de uma criação ou recriação através das melhorias estruturais para uma vida melhor do portador de necessidade especial, entrando em conformidade com o princípio da igualdade.

Diariamente aumenta a procura de meios que possam dar suporte aos Municípios na elaboração de políticas públicas que visam contribuir no processo de melhoria, em ambientes coletivos, para a comunidade e, primordialmente, os portadores de necessidades especiais que tem direito de ir e vir com a acessibilidade que é garantida em lei. Nesse caso, o acesso ao curto espaço no Mercado Público em estudo é fator a ser repensado pelos órgãos competentes através de estratégias que possam garantir um ambiente organizacional mais humano para toda a população.

A Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2003, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade por pessoas portadoras de deficiência, o que inclui também pessoas idosas, anãs (ou baixa estatura), obesas e gestantes ou com filhos de colo. Essas normas foram estabelecidas para assegurar a integração social por meio do exercício dos direitos individuais e sociais, embasadas no respeito à dignidade e na justiça social, no intuito de possibilitar às pessoas com limitação física acesso à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, além de amparo à infância e à maternidade.

Segundo Fernandes (2012), os direitos das pessoas com necessidades especiais são desconhecidos ou deixados de lado pela maioria, apesar de existir uma vasta legislação que serve de suporte e que deveria ser um meio facilitador na inclusão dessas pessoas. Mas nas cidades brasileiras a acessibilidade não é plenamente garantida gerando, assim, uma violação aos direitos legais dos portadores de necessidades especiais.

Assim, este trabalho se propôs, à luz da literatura sobre o assunto em pauta, apresentar um diagnóstico acerca das condições de acessibilidade no Mercado Público de Tambaú e poder contribuir, a partir das reflexões e sugestões de melhoria apresentadas no capítulo das análises e discussões.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 TIPO DE PESQUISA**

Este trabalho foi caracterizado como estudo de caso, já que Boaventura (2004) afirma que esse tipo de pesquisa possui uma metodologia prática para a solução de problemas sociais. A amostra foi composta de forma aleatória onde os indivíduos eram abordados ao acaso e os que se dispunham respondiam a um questionário.

Essa pesquisa tem como base a avaliação das condições de acessibilidade no Mercado público de Tambaú situado em João Pessoa – PB no mês de outubro do ano de 2014.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e participativa, onde observou-se tanto aspectos técnicos como comportamentais através da identificação da precária estrutura do ambiente organizacional do objeto estudado.

#### **3.2 LOCAL DA PESQUISA**

A pesquisa foi desenvolvida considerando o ambiente físico do Mercado Público de Tambaú, situado no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba, no bairro de Tambaú, considerando a importância desse espaço público para a população local e visitantes de outros Estados ou Países. Trata-se de um Mercado Público, construído no ano de 2002, com a finalidade de oferecer produtos regionais de qualidade, mas que desde a sua fundação, os órgãos competentes, não se preocuparam com a acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais.

#### **3.3 INSTRUMENTOS DA COLETA DE DADOS**

Inicialmente, foi elaborado um questionário e aplicado com 15 pessoas para analisar o nível de acessibilidade da população que visita e trabalha no Mercado Público de Tambaú com o intuito de confrontar o estudo com a falta de estrutura que o espaço oferece. As pessoas foram abordadas ao acaso e convidadas a responder, de forma

anônima, as perguntas relacionadas à problemática da pesquisa. Ao final do questionário os entrevistados deram sugestões para melhorar a acessibilidade no espaço estudado.

Depois foram feitos registros fotográficos da estrutura física tanto nas partes internas do Mercado como nos acessos externos que mostram a veracidade da pesquisa. Assim será possível comprovar, de forma nítida, as barreiras e as dificuldades enfrentadas pelos portadores de necessidades especiais e pela população em geral.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com Duarte e Cohen (2005) a pesquisa condiz com os resultados encontrados em nosso estudo o entorno do mercado público e a parte interna do mesmo é pouco preparada se não nulos os espaços de acessibilidade para portadores de necessidades especiais.

Como pudemos ver com os usuários, existem situações que causam constrangimento. Quando foi perguntado acerca da utilização do espaço público urbanos do entorno e da parte interna do Mercado Público de Tambaú, 100% das pessoas entrevistadas, com e sem necessidades especiais, responderam que tem dificuldades de locomoção devido às barreiras físicas encontradas desde calçadas com degraus aos próprios comerciantes que espalham seus produtos em locais que deveriam servir de passagem para os mesmos.

O esforço necessário para ultrapassar as barreiras, a insegurança quanto à integridade física ao longo dos percursos e o constrangimento por necessitar de ajuda foram às causas mais citadas pelas pessoas que dizem “desistir” de se dirigirem até o mercado preferindo ir aos supermercados existentes pela redondeza o que gera uma perda em termos financeiros também para os próprios comerciantes. Sendo assim,

Por todos esses motivos, fez-se necessário analisar os seguintes pontos críticos do Mercado Público em questão:

- Acessibilidade dos corredores internos;
- Acessibilidade nas calçadas do entorno;
- Acessibilidade do estacionamento
- Sanitários.

A seguir vamos analisar cada tópico acima citado para mostrar as barreiras ou dificuldades enfrentadas por qualquer tipo de pessoa, com ou sem deficiência, no ambiente organizacional do Mercado Público de Tambaú.

#### 4.1.1 Acessibilidade dos corredores internos;

O desrespeito à acessibilidade é visível quando analisamos a parte dos corredores internos que dá acesso às lojas e bancas no Mercado Público de Tambaú. Além da falta de uma boa estrutura os próprios trabalhadores do local pouco se importam com a passagem dos consumidores, seja eles portadores de deficiência ou pessoas comuns. A figura abaixo comprova o curto espaço para transitar no interior do ambiente e dá respaldo a nossa pesquisa segundo Fernandes (2012), quando afirma que o direito das pessoas são deixados de lado pela maioria, nesse caso pelos trabalhadores que esquecem das pessoas com necessidades especiais.

**Figura 1:** Corredores internos



**Fonte:** Dados da pesquisa.

**Figura2:** Corredor Principal



**Fonte:** Rodrigo Dantas, 2014

#### 4.1.2 Acessibilidade no entorno das calçadas;

Algumas das pessoas entrevistadas sobre o tema sugeriram uma melhoria na parte das calçadas e degraus que integram as laterais do Mercado Público, pois muitos idosos já foram surpreendidos com a altura do piso que se encontra na parte externa do local. Notamos também, que no entorno não existem rampas de acesso para cadeirantes em nenhum lugar das calçadas. Abaixo notamos como é fácil para qualquer pessoa se atrapalhar.

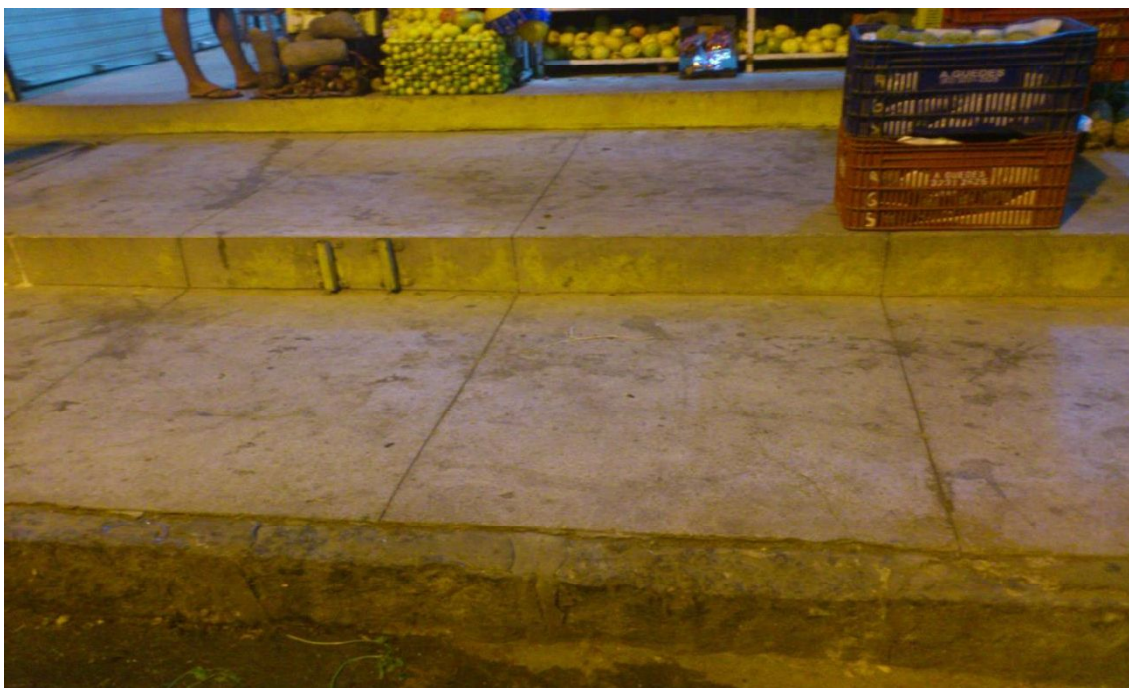
**Figura 3:** Degráus da calçada



**Fonte:** Dados da pesquisa.



**Figura 4:** Degraus



**Fonte:** Rodrigo Dantas, 2014

#### 4.1. 3 Acessibilidade no estacionamento;

A verdade é que não existe nenhum espaço adequado próximo para estacionar os veículos dos consumidores muito menos vagas especiais para portadores de necessidades especiais. Foi uma sugestão bastante comentada durante as entrevistas; 100% dos entrevistados discordaram da pergunta que dizia que existia estacionamentos adequados no Mercado Público de Tambaú.

#### 4.1.4 Sanitários;

O maior descaso do objeto de estudo são os banheiros que não oferecem nenhum tipo de acessibilidade e muito menos higiene. A precariedade é notória nos sanitários e a figura abaixo retrata com clareza a falta de espaço ao menos limpo.

**Figura 5:** Mictórios



**Fonte:** Rodrigo Dantas, 2014

**Figura 6:** sanitários



**Fonte:** Rodrigo Dantas, 2014

## **5 CONCLUSÃO**

É possível concluir que há uma grande precariedade no Mercado Público de Tambaú em todos os aspectos ligados ao tema de acessibilidade, pois se falta uma boa estrutura, conseqüentemente, falta acessibilidade de qualquer tipo de pessoa. Com base na observação e na coleta de dados é possível dizer que falta políticas públicas competentes que fiscalizem melhor esses ambientes e tracem estratégias de planejamento que possam, ao menos, oferecer espaços decentes para os consumidores que pagam seus impostos e merecem transitar com dignidade em qualquer espaço público.

## Referências

ACETI, D. C. S. O amparo legal aos portadores de necessidades especiais. Anuário de Produção Acadêmica Docente - ANUDO, v. 1, n. 1, p. 207-214, 2007.

AGUIAR F.O. Acessibilidade relativa dos espaços urbanos para pedestres com restrições de mobilidade. Tese apresentada a Escola de Engenharia de São Carlos- USP. São Carlos 2010.

ARAÚJO, L. A. D.. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência**. 2. ed. Brasília: CORDE, 1997.

Benevolo, L. (1983), História da cidade, Perspectiva, São Paulo, Brasil. Inacia Sátiro Xavier de França, Lorita Malerna Freitag Pagliuca. Acessibilidade das pessoas com deficiência ao SUS: fragmentos históricos e desafios atuais. Reista RENE. Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 129-137, abr./jun.2008.

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da Pesquisa**: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L10098.htm>>.

BRASIL. Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dezembro 2000. Seção 1, p. 2.

Costa, G. R. V, Maior I. M. M. de L. e Lima N. M. CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência / Secretaria Especial dos Direitos humanos. Presidência da República, Brasília – DF, BrasilATIID – *III Seminário e II Oficinas “Acessibilidade, TI e Inclusão Digital”* USP/Faculdade de Saúde Pública, São Paulo-SP, 05-06/09/2005.

Dischinger, M.; Ely V.H.M.B.; Machado R.; Daunfenbach k.; Souza T.R.M.; Padaratz Rntonini, C. Desenho Universal nas escolas: Acessibilidade na rede municipal de ensino de Florianópolis. Florianópolis. Prelo. p. 190, 2004.

DUARTE, C. R.; COHEN, R. Pesquisa e projeto de espaços públicos: Rebatimentos e possibilidades de inclusão da diversidade física no planejamento das cidades. PROJETAR 2005 – II Seminário sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura. 2005.

ECMT. Improving Transport Accessibility for All - Guide to Good Practice. European Conference of Ministers of Transports. 2006

FEIJÓ A.R.A. O direito constitucional da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Revista da ENA, nº1, 2008.

Maria Encarnação Beltrão Sposito. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, BrasilInvest. Geog no.54 México ago. 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) et al. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Ministério das Cidades. Anteprojeto de Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SEMOB, Departamento de Regulamentação e Gestão. 2ª ed Brasília, novembro de 2005.

MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**. Tomo IV. 2. ed. Coimbra: Ed. Coimbra, 1998. p. 193-228.

## APÊNDICE



*UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA - PNAP  
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*

**QUESTIONÁRIO PARA ANALISAR O NÍVEL DE  
ACESSIBILIDADE D  
A POPULAÇÃO QUE VISITA E TRABALHA NO  
MERCADO PÚBLICO DE TAMBAÚ**

Prezados

Este estudo faz parte do Trabalho de Conclusão do Curso de Rodrigo de Almeida Fernandes Dantas com o objetivo de analisar a problemática do Mercado Público de Tambaú em relação à Acessibilidade para portadores de necessidades especiais em consonância com a falta de estrutura que o espaço oferece. Sua contribuição será de fundamental importância.

**PARTE 1 – CARACTERIZAÇÃO PESSOAL**

**1. Sexo:**

F  M

**2. Idade:**

Menor de 18 anos

18 a 30 anos

De 31 a 40 anos

De 41 a 50 anos

De 51 a 60 anos

Mais de 60 anos

**3. Cidade onde reside:**

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

**4. Algum tipo de deficiência:**

SIM ( ) NÃO ( ) QUAL? \_\_\_\_\_

**PARTE 2 – FORMAÇÃO ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

**1. Formação acadêmica:**

Ensino Secundário

Ensino Médio

Superior

Mestrado

Doutorado

**2. Estado Civil**

Casado

Solteiro

Viúvo

**3. Profissão**

---

Atribua um grau de concordância segundo a escala apresentada abaixo.

Concordo – C ou Discorda - D

1. O Mercado público de Tambaú (MPT) oferece uma boa acessibilidade para a população em geral?
2. A estrutura física (banheiros, rampas de acesso e lojas) do MPT atende as necessidades do público que o frequenta?
3. As pessoas que possuem algum tipo de necessidade especial transitam facilmente pelo MPT?
4. Os órgãos públicos estão dispostos a criar melhorias de Acessibilidade no MPT?
5. Os comerciantes estão ajudando na Acessibilidade para portadores de necessidades especiais?
6. Existem estacionamentos adequados para no MPT?
7. Existem rampas de acessos para portadores de necessidades especiais?

Dê sua sugestão para uma melhor Acessibilidade.

---

---



